

## PODER

Políticos condenados por malversação de recursos e corrupção aguardam, tensos, sessão da Corte desta quarta-feira. É quando será analisada a retroatividade de alterações feitas em lei que, por enquanto, os impede de retornar à vida pública

# Julgamento decisivo no STF

» LUANA PATRIOLINO

Felipe Sampaio/SCO/STF



Um dos julgamentos mais aguardados para o segundo semestre do ano — as três ações que questionam, no Supremo Tribunal Federal (STF), mudanças na Lei de Improbidade Administrativa — pode devolver a elegibilidade para políticos que já sofreram condenações pela Justiça e estão proibidos de disputar eleições. A discussão sobre o tema, cuja relatoria é do ministro Alexandre de Moraes, está prevista para a próxima quarta-feira e mantém presa a respiração de muitos personagens que pretendem retornar à vida pública a partir de outubro.

As ações questionam se as alterações inseridas pela Lei 14.230/2021 podem ser aplicadas retroativamente. O que for decidido pelos magistrados terá repercussão geral, ou seja, valerá para todos os processos em tramitação relacionados ao tema no país.

O texto sancionado estabeleceu que, para a condenação de agentes públicos, será exigida a comprovação de dolo — a intenção de cometer o crime. O entendimento dos ministros pode beneficiar políticos às vésperas das eleições, como o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que pretende disputar uma cadeira de deputado federal. Outro que estaria liberado para ter o nome incluído nas urnas eletrônicas é o do ex-governador do Rio de Janeiro e ex-deputado federal Anthony Garotinho.

O julgamento é um dos primeiros itens da pauta nesta

Fux colocou em pauta a retroatividade da lei a pedido do presidente da Câmara, Arthur Lira, depois do encontro entre eles no começo de julho

## 14.230

é a Lei de Improbidade. Regra permitiria que políticos condenados por malversação de recursos públicos continuassem na vida pública

retomada do Judiciário — em recesso desde o início de julho. A apreciação atende a um pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira

(PP-AL) que, em encontro com o presidente do STF, Luiz Fux, em junho, pediu que a Corte mantenha as alterações na lei feitas pelo Congresso.

Em fevereiro, Moraes derrubou dispositivo que dava exclusividade ao Ministério Público para acionar, na Justiça, quem cometeu ato de improbidade administrativa. Antes da mudança do Congresso, até então apenas a Advocacia-Geral da União (AGU) e as procuradorias de estados e municípios tinham prerrogativa de apresentar ações por malversação de recursos públicos.

### Pauta cheia

O Judiciário retoma, hoje, a pauta de julgamentos e a rotina das Cortes. No STF, além da apreciação sobre a reforma da improbidade administrativa, Fux incluiu na pauta deste mês uma série de julgamentos de temas que vão da tributação ao sigilo de dados.

A discussão sobre a ação que questiona leis estaduais que estabelecem taxas de controle, monitoramento e fiscalização para a mineração, é o primeiro item da pauta do Supremo. Em

10 de agosto, será feita a análise sobre a legalidade da prisão especial para quem tem diploma de ensino superior.

Outros julgamentos de destaque também estão previstos para este mês como, por exemplo, a validade do uso de celular localizado em cena do crime como prova; a ação pede que o STF diferencie, dentro do Código Florestal, qual é a situação de aterros sanitários e lixões; e exigência de o poder público ter que oferecer vagas em creches a todas as crianças de até três anos.

## Radical em domiciliar

A vice-procuradora-geral da República Lindora Araújo defendeu, ontem, junto ao Supremo Tribunal Federal, que Ivan Rejane Fonte Boa Pinto seja colocado em prisão domiciliar. Ele foi detido no último dia 22 por publicar vídeos em que ameaça “invadir” e “destituir” o STF; “pendurar os ministros de cabeça para baixo” e caçar políticos de esquerda, entre eles o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. A Polícia Federal (PF) havia requerido a prisão preventiva (sem data para acabar) do autointitulado “Terapeuta Papo Reto”.

Além da prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica, Lindora pede que seja determinado o bloqueio de canais digitais e de grupos no Instagram e Whatsapp administrados por Ivan. Além disso, solicita uma série de proibições, entre as quais o uso de redes sociais e de qualquer canal digital.

A PF pediu a prisão preventiva de Ivan argumentando que ele “tem a capacidade concreta de atrair a adesão de outras pessoas para sua empreitada delitativa e risco de ocorrência de prática de ações violentas em período pré-eleitoral”. A corporação afirmou, ainda, que as interações do “terapeuta” se dão com a “intenção de potencializar o compartilhamento dos vídeos, imagens e textos produzidos, na maioria das vezes, com conteúdo criminoso”.

#IGUALDADE  
EM TODOS  
OS CAMPOS

A Neoenergia acredita tanto na energia dessas guerreiras que só tem o que comemorar com elas.

Parabéns, Seleção Brasileira de Futebol Feminino. Vocês são nossas campeãs.



NEOENERGIA



BRASILEIRÃO FEMININO NEOENERGIA



www.neoenergia.com



NEOENERGIA

PATROCINADORA OFICIAL DAS SELEÇÕES BRASILEIRAS FEMININAS DE FUTEBOL E DO BRASILEIRÃO FEMININO NEOENERGIA